

Brossard quer Congresso elaborando Constituição

Roque de Sa



Brossard lembrou que as constituições brasileiras sempre foram elaboradas pelo Executivo

CNBB começa a mobilização

A Presidência da CNBB começou sua mobilização na campanha por uma Constituinte «livre, soberana, representativa» e que não repita vícios de épocas anteriores. O início da campanha será marcado por um dia de orações, a ser celebrado em 12 de outubro, festa da padroeira do Brasil. Nesse dia, a CNBB espera que em todas as dioceses do País se faça «orações especiais pelo adequado encaminhamento do processo constituinte».

Para dar início a essa campanha de mobilização, o presidente da entidade, Dom Ivo Lorscheiter, enviou ontem carta-circular a todos os bispos brasileiros. Na carta, a CNBB alerta para alguns perigos contra a Assembleia Constituinte.

Delicado

Diz a carta: «O Brasil deve mobilizar-se em torno da Constituinte e da Constituição. Parece que está aí uma de nossas tarefas: conscientizar o povo e estimular a mobilização». Adiante, o documento lembra que esse é «um delicado momento da vida política do Brasil, em que se decidirão os caminhos da nossa democracia».

No final, a CNBB diz que causa estranheza em camadas mais amplas da população «a eventualidade de uma Assembleia Constituinte profundamente marcada por vícios de épocas anteriores. Tal situação — alerta a carta — pode provocar um fosso profundo entre o Congresso e o povo, com conseqüências negativas para o Poder Legislativo e a própria Constituinte».

Eleição com computador

São Paulo — O sistema eletrônico ainda pode ser utilizado na organização e apuração das eleições para a Constituinte. Desde que os Tribunais Regionais Eleitorais queiram. O projeto desenvolvido pelo Serpro foi colocado à disposição da Justiça Eleitoral, segundo o diretor-presidente do órgão, José Dion de Melo Teles. Ele lamentou a polémica criada em torno do assunto dizendo que o Serpro apenas cumpriu seu papel, oferecendo sua experiência na área para os órgãos competentes.

O projeto eleitoral, que foi apresentado no XVIII Congresso Nacional de Informática (paralelo à V Feira Internacional de Informática) prevê um cadastramento do eleitorado, como forma de evitar dupla inscrição e, conseqüentemente, a fraude. Este cadastramento, segundo Dion, poderia ser feito de duas formas: a curto prazo, com o realistamento de todos os eleitores, ou a longo prazo, aproveitando-se os dados disponíveis nos cartórios eleitorais.

Um dos requisitos do projeto é que haja um cadastro geral, centralizado, abrangendo todos os eleitores. Este cadastro permitiria a criação de um código universal, que servisse para o eleitor em qualquer época de sua vida, contendo os dados indispensáveis, que não perdessem a atualidade. O cadastro, além de funcional, evitaria que um eleitor tenha dupla inscrição, já que o computador estaria programado para isso.

O presidente do Serpro disse que o uso de computadores em eleições, permitido com a Lei 6.992/82, é uma conseqüência natural da evolução tecnológica. Ele rebate a acusação de que o sistema colocaria em dúvida o resultado das apurações, afirmando que a competência e a seriedade das indústrias do ramo são inquestionáveis. Disse ainda que não há risco de monopólio do processo eleitoral, já que cada Estado poderia escolher uma empresa diferente para a realização do serviço.

Os custos deste sistema foram avaliados em abril último e, segundo Dion, ficaria em 7 cruzeiros por eleitor. Esta quantia, na sua opinião, não é alta, mesmo considerando-se um grande número de eleitores, sobretudo por causa dos benefícios que traria ao País. Lembrou que estes gastos seriam distribuídos entre os diversos segmentos industriais envolvidos no processo, como as gráficas, indústrias de papel, etc. Apenas um quarto destes gastos iriam para as empresas de serviços, segundo ele.

Dion citou também o projeto desenvolvido por um engenheiro, que transformou as cédulas eleitorais em cartões de computador, semelhantes aos utilizados nos vestibulares. O eleitor, ao invés de assinalar o nome do candidato preferido, perfuraria o cartão, que seria lido por computador. A correção dos cartões não seria cara, segundo Dion, mas o processo eleitoral sim, o que tornaria o processo inviável.

O ex-senador Paulo Brossard, atualmente consultor-geral da República, defendeu ontem a competência do futuro Congresso Nacional — a ser eleito em '86 — para elaborar a próxima Constituição brasileira. No período em que estiver sendo redigido o novo texto constitucional — Brossard previu que não serão necessários mais do que seis meses para isso — os deputados e senadores devem ficar com suas atenções exclusivamente voltadas para a sua missão constituinte. No momento em que estiver funcionando a Assembleia Nacional Constituinte, deve-se evitar ao máximo, de acordo com o jurista, a normalidade do processo legislativo ordinário — ou seja, a elaboração de leis que atendam os imediatos interesses da sociedade. Esse processo, na opinião de Brossard, poderia ficar sob a responsabilidade do Poder Executivo.

Conclat

As idéias de Paulo Brossard foram apresentadas ontem na reunião da comissão mista que examina o texto de convocação da Assembleia Nacional Constituinte — de autoria do presidente da República José Sarney. Além do consultor-geral, a comissão ouviu a explanação do presidente da Confederação da Classe Trabalhadora (Conclat), Joaquim dos Santos Andrade — o "Joaquinzão".

Depois de ter ouvido 16 representantes dos mais diversos segmentos sociais, a comissão mista voltará a se reunir apenas no próximo dia 8 de outubro para ouvir o parecer do relator Flávio Bierrembach (PMDB-SP). A Comissão deveria encerrar os seus trabalhos na próxima semana, no entanto, a pedido do relator, o presidente em exercício, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) prorrogou nos termos regimentais o prazo dos trabalhos em mais 30 dias.

Argumentos

Paulo Brossard, sem negar a possibilidade de uma Constituinte eleita independentemente do Congresso Nacional, defendeu que seria de melhor alvitre que a Assembleia Nacional Constituinte fosse composta pelos deputados e senadores eleitos em '86. Para reforçar seus argumentos, o jurista lembrou que historicamente as constituições brasileiras sempre foram elaboradas pelo Poder Legislativo.

No período em que a Assembleia Nacional Constituinte estiver reunida de acordo com o consultor-geral da República, não deverá haver o processo legislativo ordinário. Em sua proposição, caberia ao Poder Executivo esse trabalho. No entanto, quando houvesse a necessidade de aprovação de alguma matéria legislativa do interesse imediato da Nação, e que não pudesse ser adiada, o Congresso Nacional reunir-se-ia em caráter extraordinário por um dia para a discussão de tal matéria. Isto se o assunto não fosse resolvido pela própria Assembleia Nacional Constituinte.

Quanto aos senadores eleitos em '82, cujo mandato termina apenas em '91, Brossard sugeriu, como tema para debate, que eles apenas tivessem direito à voz na Assembleia Nacional Constituinte, e não ao voto. Isso porque esses senadores, apesar de deterem o mandato eletivo que lhes foi conferido pelo povo, poderiam ter o seu mandato constituinte argüido pelos demais constituintes, uma vez que eles foram escolhidos especificamente para exercer um mandato legislativo.

Contribuição

Sobre a comissão dos chamados Notáveis, instituída pelo governo sob a denominação de Comissão de Estudos Constitucionais, Paulo Brossard — que é membro da mesma — disse não entender porque algumas pessoas têm alegado que ela fere a soberania da Assembleia Nacional Constituinte, uma vez que o anteprojeto a ser apresentado pela Comissão poderá ser aceito pela Constituinte "como uma grande contribuição ou poderá ser desprezado como mesquinho".

Na opinião de Brossard, na verdade serão discutidos apenas 10% do que se encontra atualmente na Constituição, pois o restante já está incorporado na vida nacional. Para ele, é de fundamental importância que a Constituinte se preocupe mais com os temas de interesse geral, pois os problemas do dia-a-dia serão resolvidos pela legislação ordinária. Dessa forma, seria garantida a durabilidade da futura Constituição. Além disso, deve haver a construção de uma ordem institucional instável, possibilitada pela nova Carta Constitucional, que corresponda ao estágio de desenvolvimento em que se encontra o País.

Por sua vez, o presidente da Confederação da Classe Trabalhadora, Joaquim dos Santos Andrade, defendeu uma Constituinte exclusiva, porque assim poderia ser "eleita uma plêiade de brasileiros com a missão de elaborar a nova Constituição, sem contar com o benefício imediato da mesma, e o Congresso Nacional não teria tal isenção de ânimo".

O sindicalista também manifestou-se contrário à possibilidade de candidaturas independentes de filiação partidária. Para ele, o trabalhador deve participar escolhendo bem aqueles que serão eleitos constituintes, para que suas reivindicações possam ser bem atendidas.

Anistia

Joaquinzão disse que para garantir a soberania da Constituinte e a liberdade plena de seus trabalhos é necessário que o chamado "entulho autoritário" seja removido. Nesse sentido, o presidente da Conclat acabou por defender também a anistia para os funcionários públicos e militares que foram casados pela Revolução de 64 e não tiveram de volta os seus direitos.

Outra preocupação do líder sindical diz respeito à influência do que chamou ser uma "intromissão" do governo no setor econômico do País, por vezes prejudicando inclusive as negociações entre os sindicatos e empregadores. Joaquinzão apresentou mais temas a serem discutidos pela futura Assembleia Nacional Constituinte, do que propriamente analisou a mensagem do presidente José Sarney como era do interesse da comissão que confêdere poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em '86.

COM.
JORNAL DE
BRASILIA
27 SET 1985